

EDITORIAL: PERTINÊNCIA DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO PÚBLICO ANGOLANO COMO NECESSIDADE COLETIVA

Editorial: Relevance of preserving of the Angolan public heritage as a collective need

Eurico Wongo Gungula¹

<https://orcid.org/0000-0002-5685-1328>

Ao longo dos últimos quatro anos, em Angola, temos vindo a acompanhar através dos meios de comunicação social, sobretudo pela rádio e televisão, relatos de vandalismos aos meios de transportes, infraestruturas académicas, desportivas, políticas e sociais, assim como a remoção de estruturas da via férrea, de distribuição de energia elétrica e água. Estes relatos alertam para uma profunda reflexão do valor estratégico da educação de qualidade como meio de desenvolvimento humano e social, bem como da solidez da consistência dos valores éticos que se passa de geração em geração.

Vieira e Meneses, no artigo intitulado “O papel da escola angolana na educação moral e cívica”, elaborado como um dos requisitos da tese de doutoramento em Ciências da Educação na Universidade do Porto, Portugal, defendida em 2016, enfatiza a importância da educação para os valores no contexto africano, centrado na experiência angolana, o qual apresenta propostas para superar o vazio de valores éticos e morais.

Assim, apesar da tendência atual na configuração do Sistema de Educação e Ensino em Angola, consubstanciada no resgate dos referidos valores, ainda se observa uma insuficiente implementação e valorização prática de conteúdos inerentes a educação moral e cívica e, fundamentalmente, nas áreas associadas aos objetivos estratégicos da formação universitária, bem como nos programas curriculares vigentes, o que leva a reconsiderar o papel da educação como espaço de capacitação para a cidadania e, dessa forma, contribuir para a construção de uma sociedade cujos pilares estimulem a preservar o património público como necessidade coletiva a todos os níveis.

Na Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino, de 7 de Outubro de 2016 (Lei n.º 17/16), artigo 15.º (Educação e promoção dos valores morais, cívicos e patrióticos) é possível constatar que o Sistema de Educação e Ensino promove o respeito pelos símbolos nacionais e a valorização da história, da cultura nacional, da identidade nacional, da unidade e integridade territorial, da preservação da soberania, da paz e do Estado democrático, bem como dos valores morais, dos bons costumes e da cidadania. Nesse diapasão, na Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino, de 12 de Agosto de 2020 (Lei n.º 32/20), que altera a Lei n.º 17/16, e consequentemente o artigo 15.º, observa-se que, na generalidade a redação é a mesma, diferenciando-se apenas na referência ao Estado democrático, isto é, na Lei n.º 17/16 e Estado democrático de direito, na Lei n.º 32/20.

Não obstante aos fundamentos considerados para a contextualização das referidas leis, urge revisitare os objetivos gerais da educação consagrados na Lei de Bases do Sistema de Educação de 31 de Dezembro de 2001 (Lei n.º 13/01) e estabelecer uma comparação do valor real, prático, explícito, implícito e circunstancial, tendo em conta o nível de literacia da juventude angolana e não só.

Para o efeito, nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 13/01, os objetivos gerais da educação estão plasmados da seguinte forma:

- a) desenvolver harmoniosamente as capacidades físicas, intelectuais, morais, cívicas, estéticas e laborais da jovem geração, de maneira contínua e sistemática e elevar o seu nível científico, técnico e tecnológico, a fim de contribuir para o desenvolvimento socioeconómico do País;
- b) formar um indivíduo capaz de compreender os problemas nacionais, regionais e internacionais de forma crítica e construtiva para a sua participação ativa na vida social, à luz dos princípios democráticos;

¹ Universidade Óscar Ribas, Angola. E-mail: euricowongowongo@gmail.com

c) promover o desenvolvimento da consciência pessoal e social dos indivíduos em geral e da jovem geração em particular, o respeito pelos valores e símbolos nacionais, pela dignidade humana, pela tolerância e cultura de paz, a unidade nacional, a preservação do ambiente e a consequente melhoria da qualidade de vida;

d) fomentar o respeito devido aos outros indivíduos e aos superiores interesses da nação angolana na promoção do direito e respeito à vida, à liberdade e à integridade pessoal;

e) desenvolver o espírito de solidariedade entre os povos em atitude de respeito pela diferença de outrem, permitindo uma saudável integração no mundo.

Como se pode observar, e numa lógica de complementaridade, nessa dinâmica podem interagir distintas estruturas do Sistema de Educação e Ensino, órgãos de Governos local e central, igrejas, sociedade civil, organizações não governamentais, entre outras associações cuja missão recai na construção de uma cultura de paz e tolerância, de respeito pelos valores éticos e morais e pela dignidade da pessoa humana.

Nesse contexto, revitalizar a importância das normas de convivência social, consubstanciadas no saber ser, saber estar e saber conviver na base do respeito pelos bens públicos e privados, surge como alternativa para consolidar a cultura de paz e elevar os níveis de livre circulação e de segurança pública.

Contudo, para melhor conformar a preservação do património público como necessidade coletiva, torna-se relevante associar as políticas públicas gizadas para fortalecer o Sistema de Educação e Ensino ao contexto social, visto que, educar e instruir são processos conscientes, dinâmicos e complexos, ajustados às circunstâncias psicológicas, sociológicas, políticas, culturais, éticas, ideológicas, económicas, técnicas, científicas e estratégicas de desenvolvimento de uma determinada sociedade.

Assim, o Conselho Editorial da Revista SAPIENTIAE, visando a melhoria da qualidade dos artigos selecionados para o volume 8-2, apresenta temas nacionais e internacionais variados.

O primeiro refere-se ao “Vandalismo da propriedade pública: expressões motivacionais e abordagens preventivas para cidade do Kilamba”, elaborado por Milton Ramiro Capita Boma, com o objetivo de analisar as expressões motivacionais do vandalismo dirigido à propriedade pública. Para a coleta dos dados foi aplicado um inquérito, construído com perguntas fechadas adaptado com base na escala nominal de Likert. Os resultados indicam a existência de uma forte tendência ao vandalismo aquisitivo, expresso pela remoção de equipamentos, motivado pela busca de ganho material privado. Além de ações oportunistas são evidentes incivildades e falta de consciência no uso de espaços e estruturas de utilidade pública.

O segundo refere-se à “Conformidade legal no Ensino Superior em Angola: criação de um instrumento de gestão das obrigações legais”, elaborada por João Canoquena; Maria Rodriguez e Yanisleidy Cabrera, com o objetivo de desenvolver um instrumento de automonitorização da conformidade legal que pode ajudar as Instituições de Ensino Superior (IES) angolanas a tirarem mais proveito do quadro legal do Ensino Superior. Notou-se, de igual forma, a existência de um total de 83 obrigações legais das IES em Angola, sendo os regulamentos e as normas as fontes do maior número de obrigações. Destes, existem entre cinco a quinze requisitos legais por obrigação, perfazendo um volume enorme de requisitos legais com os quais as IES em Angola devem mostrar conformidade legal.

O terceiro trata de aspetos relacionados com um “Diagnóstico psico-socioeducacional de estudantes com diversidade funcional da Universidade Técnica de Manabí, Equador”, elaborado por Ana Cristina Pacheco Mera e Rosa Marina Mera Leones, com o propósito de desenvolver um diagnóstico no campo psicológico educativo dos estudantes, dessa Universidade, com diversidade funcional. Concluiu-se que é necessário construir uma educação inclusiva que integre as diferenças como oportunidades de desenvolvimento e a qualidade do processo educativo.

O quarto é uma abordagem sobre “Health Emergencies in Media Context. Bibliometric Review in Scopus (2002-2022)”, (Emergências de Saúde no Contexto dos Média, Análise Bibliométrica em Scopus (2002-2022), elaborado por Ángel Emiro Páez Moreno; Luis Antonio Sepúlveda Zamora e Ethna Yanira Romero Garzón, com a finalidade de conhecer o estado da arte sobre as emergências médicas, como a COVID-19, no âmbito do projeto de investigação “Cobertura informativa del Coronavirus en la prensa digital colombiana”.

O quinto é uma abordagem sobre “A Importância do ERP em Empresas de Logística, o Caso de uma Organização de Médio Porte”, elaborado por Samuel Malta Souza de Jesus; Fábio Fonseca

Barbosa Gomes; Ângela Peixoto Santana e Igor Gonzalez Pimenta, com o objetivo de analisar, através de um quadro comparativo entre várias empresas da área de Logística, quais são os ERPs mais utilizados.

O sexto é uma abordagem sobre “Utilização de TIC em MiPymes no sector do turismo em Puerto Vallarta”, feita por Maria del Rosario Cota Yañez e Carlos Iván Gómez López, com o objetivo de analisar a utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) em micro, pequenas e médias empresas (MiPymes) de serviços de turismo em Puerto Vallarta, para conhecer as ferramentas e plataformas tecnológicas que utilizam. Entre os principais resultados está o acesso à internet, aos computadores e ao seu próprio website, que utilizam principalmente para a promoção dos seus produtos ou serviços, atendimento ao cliente e contabilidade das suas operações.

O sétimo é uma abordagem sobre a “Representação de mulheres negras do audiovisual. Análise das curtas-metragens: cores e botas (2010) e o dia de Jerusa (2014)”, elaborada por Raul Camacho Cuzquen; Miguel Bruch Deitos e Robert Rafael dos Santos, com o objetivo de avaliar a representação da mulher afro-brasileira na indústria audiovisual do Brasil, a partir de dados técnico-teóricos sobre o estado do cinema brasileiro frente à representação da etnia negra.

O oitavo trata da “Gestão e administração de um programa educativo em modo virtual”, elaborado por Adán Guillermo Ramírez García; Irma Cecilia Castillo Escalante e Ana Arelis Pirela Hernández, com o objetivo de sistematizar a experiência na conceção e implementação do diploma Agenda e Estratégias para o Desenvolvimento Territorial, modalidade virtual. Conclui-se que atualmente e depois do que se viveu durante a pandemia COVID-19, a sistematização de experiências como método de investigação tem tido um crescimento significativo.

É neste enquadramento que o Conselho Editorial da Revista SAPIENTIAE convida a comunidade científica nacional e internacional a revisar os artigos publicados, assim como a submeter novos artigos para a possível publicação em futuras edições.